

SOUZA FILHO, Benedito. 2013

Os Novos Capitães do Mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara/ Benedito Souza Filho

São Luís: EDUFMA. 278p.

Benedita de Cássia Ferreira Costa^b

Os novos capitães do mato não é apenas registro de um *continuum* histórico da disputa territorial entre grupos considerados *quilombolas* e setores do Estado no município de Alcântara-MA, desde que o Programa Aeroespacial Brasileiro idealizou aquele espaço como estratégico para a instalação de um centro de lançamento de artefatos espaciais, na década de 1980. A obra é o próprio questionamento em trempe, do que poderíamos indicar como *lógicas de trabalho político* do Estado, *lógicas de produção* do conhecimento antropológico e *lógicas dos modos de resistência* de grupos sociais, que muito embora, neste caso, sejam reconhecidos constitucional e juridicamente pelo Estado Brasileiro como sujeitos de direitos territoriais, são excluídos de inúmeras maneiras, numa reatualização do exercício de in-visibilizar o outro, presente na nossa própria formação nacional.

b Bacharel em Ciências Sociais e Licenciada em Sociologia (UFMA). Mestre em Ciências Sociais (PPGSOC/UFMA). Professora de sociologia na rede estadual de ensino - MA. Email: cassia.ferreirabc@gmail.com.

Esta amálgama de questionamentos realizados de maneira pertransida, costurados pelo rigor metodológico é também reflexo do autor como antropólogo que se autoanalisa em sua produção, e percebe em seu trabalho as implicações de seus problemas de pesquisa no mundo social. Souza Filho, ao reunir, na presente obra, uma série de artigos publicados em eventos e periódicos nacionais e internacionais, acumula, assim, referências socioantropológicas importantes para uma possível história do campesinato maranhense, que se inscreve no tempo, pela marca das suas diversas estratégias, mobilizações, discursos, e que se reinventa nas constantes lutas com as diversas pressões e ordens internas e externas à sua existência.

A obra se mostra, também, como um exercício das potencialidades dos instrumentos de pesquisa socioantropológica e dos encontros interdisciplinares, e demonstra ser possível, ao longo de suas páginas, a desconstrução de inúmeras questões através do confronto de outras referências metodológicas e epistemológicas, ultrapassando a imediatividade das ideias já consagradas no campo acadêmico, mas também no campo institucional do Estado.

Ideias que se transformam em concretudes técnicas, constitucionais, encaminhadas pelo Estado brasileiro, que estão na pauta do reconhecimento de direitos, mas que por interesses divergentes de seus setores, correm paralelas com outras ideias para realizar um jogo de exclusão social. Tal discussão é feita no primeiro capítulo, a partir da recuperação histórica dos diversos discursos intencionados pelo Estado brasileiro de ora instalar, ora ampliar o projeto aeroespacial naquele município. No capítulo segundo, o autor aborda sobre a dificuldade de conciliação dos interesses entre Estado e *quilombolas*, referentes ao território em disputa, e de como se estabelecem e se mobilizam novos agentes no sentido de assegurar a expropriação territorial dos *quilombolas*. Através do aporte iconográfico, seleciona uma imagem como referência ('O Capitão do Mato', de Johann Moritz Rugendas), e como instrumento de análise, toma-a como *semióforo*, identificando nela conteúdos e subtextos presentes no trabalho de

tais agentes. Souza Filho acredita que os *novos capitães do mato* se encontram vinculados organicamente a alguma instituição do Estado, tendo como função atuar junto aos *quilombolas*, dissimulando nas atividades que lhes são designadas, tal função estratégica, reeditando práticas escravistas.

Identificados os novos agentes que se movimentam na lógica que se encaminha para um processo de privação, em imediato ou em longo prazo, da autonomia daqueles grupos, o autor reflete no terceiro capítulo o cenário do conflito, através do que entende como *A guerra contra os quilombolas de Alcântara*. Este capítulo é uma reflexão sociológica em torno das categorias de análise: guerra, quilombo, quilombolas. O intuito é pensar a relação entre o Estado brasileiro e os *quilombolas* como um tipo particular de guerra social e simbólica que tem na sua órbita o confronto das ações protagonizadas pelas forças desses antagonistas, visando à reivindicação de interesses e direitos territoriais.

Em meio a este contexto de violação de direitos, o autor destaca no quarto capítulo a constituição de uma *pedagogia do conflito*, que é desenvolvida a partir das experiências de confronto desde que se deu o embate, na década de 1980. Pedagogia que inscreve um modo de resistência que se reinventa a partir das ações políticas empreendidas. Isso aponta para a capacidade política de enfrentamento de tais grupos que realiza também possíveis modificações da balança de poder, realizando na realidade social, concreta e metafóricamente, inversões da lógica de poder e avanços na constituição de direitos.

O autor aponta no quinto capítulo, que esses grupos elaboram também uma *tecnologia étnica* diante da ação estatal, que neste caso, desqualificou etnocentricamente estas formas de saber, representando-os como atrasados, subdesenvolvidos, atrelados ao passado, que não querem a maravilha do progresso, por serem 'primitivos', 'arcaicos', e por isso mesmo, devem ser modificados. O problema é que tal modificação se efetiva através de todos os vieses da violência, inclusive, num último grau, através da *limpeza étnica* e do

etnocídio. Outro problema apontado pelo autor, ainda neste capítulo, é sobre a hegemonia do discurso tecnológico a serviço da soberania nacional, já que representa mais do que o confronto entre os *saberes tradicionais/locais* e saberes científicos, representa uma luta política que se apropria de determinado saber (científico) para legitimar as pretensões ideológicas e mercadológicas do Estado.

No sexto capítulo, Souza Filho faz uso metodológico das metáforas montellianas: noite, ruína, morte, decadência – referente ao romance ‘Noite sobre Alcântara’, de Josué Montello, publicado em 1978 –, como texto e contexto no acesso a processos sociais e econômicos e para problematizar certa autoevidência sobre a configuração social de Alcântara, que já tem futuro certo, pois seu passado a engessa numa perspectiva *decadente*. É possível, segundo o autor, estabelecer pela antimetáfora da morte a leitura do nascimento de outro segmento social, que se organiza em outros espaços físicos e simbólicos, transformados em territórios específicos com bases étnicas.

O processo de deslocamento compulsório das centenas de famílias transferidas é o cerne do penúltimo capítulo (em coautoria com antropóloga Ana Tereza Rocha), que é entendido, neste caso, como um rito de passagem, que baliza a ruptura com o lugar de origem e a transferência para o lugar desconhecido, e por isso, a existência social daquelas famílias é vivida em forma de liminaridade.

O último capítulo (em coautoria com a antropóloga Maristela de Paula Andrade) reforça ainda mais a ideia das constantes disputas dos discursos, conhecimentos e práticas sociais produzidos em meio ao reconhecimento paradoxal de todas as formas de expressão e diferentes patrimônios presentes no *território étnico*. O capítulo versa sobre as particularidades das situações inventariadas e os instrumentos de registro de informações do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), de modo que, inventariar – *celebrações, formas de expressão, lugares, ofícios e modos de fazer* – é recuperar historicamente as especificidades do campesinato em questão, no contexto de constituição de suas territorialidades específicas e definição dos saberes

construídos numa relação particular com os espaços vivenciados. É identificar, ainda, a plasticidade, a dinâmica das relações sociais, culturais, religiosas, que não cabem nas classificações/categorias dos questionários, tamanha a dificuldade de operacionalização dos instrumentos, dada pela arbitrariedade que separa as particularidades, divorciando o que deveria ser visto de forma articulada.

Dessa forma, a obra, a partir do caso de Alcântara-MA, problematiza justamente as não resoluções no âmbito das disputas territoriais Brasil a fora. A reflexão de tais disputas e dos conflitos de lógicas territoriais se coaduna com outros processos que dizem respeito ao campo das políticas e projetos encaminhados pelo Estado, que invisibilizam e desconsideram os grupos sociais que vivem nos espaços almejados para instalação dos chamados *grandes projetos*. Mas também ao campo de atuação profissional do antropólogo, que produz pelo rastro das construções históricas, um conhecimento capaz de implicar e mediar no reconhecimento de sujeitos sociais e seus direitos, nunca sem conflito.

Recebido em agosto de 2016.
Aprovado em dezembro de 2016.

KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. 2015
A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami
São Paulo: Companhia das Letras, 729p.

Márcio Rosa da Silva^c

É difícil terminar de ler uma obra desta magnitude e não fazer uma ode ao livro. Trata-se de uma autoetnografia, como diz o próprio Bruce Albert. Mas vai além, é um libelo contra aqueles que historicamente violam os direitos indígenas. Assume ares proféticos quando alerta para a queda do céu, ou seja, o colapso ambiental, caso os brancos continuem destruindo a floresta, lançando sua ‘fumaça de epidemia’ no ar para multiplicar e adquirir mercadorias, pelas quais são apaixonados e das quais são escravos.

Escrita por Bruce Albert a partir de depoimentos e entrevistas com Davi Kopenawa, resultado também de uma relação de amizade de quase quarenta anos, o livro tem três grandes partes: ‘Devir outro’, em que Davi relata detalhadamente a cosmologia Yanomami, seus mitos fundantes, sua vocação para o xamanismo e a rica relação dele com os *xapiri*, os espíritos da floresta; ‘A fumaça do metal’, que narra seu contato com os brancos, como isso influenciou sua formação e

^c Professor de Direito do Departamento de Contabilidade (UFRR), Membro do Ministério Público (RR), Doutorando em Antropologia pela UFPE. Email: marcirosarr@yahoo.com.br.

reafirmou nele a firmeza em defender sua terra e seu povo; e ‘A queda do céu’, uma vigorosa advertência quanto ao fim que virá, caso os brancos continuem em sua sanha devastadora.

Davi, depois de tanto tempo, autoriza Bruce a colocar suas palavras em ‘peles de papel’ para que os brancos pudessem conhecê-las, e talvez assim, se transformassem em amigos de seu povo e não permanecendo na ignorância. Aqui o livro assume um caráter quase sagrado. Um legado para a presente e as futuras gerações.

A cosmologia yanomami se mostra complexa e rica, as crenças de origem são bem detalhadas, a espiritualidade xamânica tem sua beleza. O relato evidencia que as tradições religiosas do ocidente não são superiores ou melhores, são apenas diferentes.. A pecha de ‘primitivo’ não faz o menor sentido, quando é confrontada com a formidável e bela história de *Omama*, o criador da vida humana, sua relação conflituosa com *Yoasi*, causador do mal na terra, e todos os *xapiri* com suas magníficas danças de apresentação descendo do ‘peito do céu’ quando os grandes xamãs bebem o pó de *yãkoana*. Poderíamos até fazer o seguinte paralelo: a primeira parte desta obra seria uma espécie de ‘gênesis’, com os relatos de todos os mitos fundantes e as bases da cosmologia e espiritualidade yanomami. A última parte, a queda do céu, seria análoga ao ‘apocalipse’, uma profecia contundente e lancinante sobre o fim da humanidade, caso a atitude nociva para com a vida, a floresta, os índios e o meio ambiente persista.

Ainda sobre a complexidade de seus ritos, o funeral yanomami faz os ritos funerais do Ocidente parecerem simplórios. Demorado e com várias fases, desde a suspensão do corpo numa árvore, passando pela cremação, até o momento em que as cinzas são comidas junto com mingau de banana numa festa *reahu*, tudo acompanhado de muito lamento e dor, para finalmente, colocá-lo em esquecimento, ou seja, sentirem-se consolados e terminarem o luto.

Conforme a narrativa vai avançando, Davi passa de um menino medroso, que se assustava com os ruídos desconhecidos da floresta e com as estranhas coisas dos brancos, que não lhe faziam sentido,

para o líder impoluto que fala em diversos conclaves internacionais e chega à tribuna da ONU para defender sua terra, seu povo e sua causa. Coragem não lhe falta, e ele chegou a um lugar que é para poucos. Nova York, Londres, Estocolmo, Brasília, São Paulo, Boa Vista, cidades em que sua voz ecoou e ecoa na defesa intransigente da vida dos habitantes da floresta e da própria floresta, mas ele gosta mesmo é de estar com seu povo, em sua floresta, com os seus.

É dramático o relato das incursões dos garimpeiros que devastaram grandes áreas, poluíram rios e levaram doenças, violência e morte ao povo yanomami, contando com o beneplácito do poder constituído. A truculência das máquinas que chegaram de maneira desavisada para abrirem a transamazônica, desvirginando a floresta sem nenhuma consulta aos povos afetados. Foi trágico, também, o contato com missionários evangélicos, que, a pretexto de levarem salvação, levaram morte. Um dos missionários levou para a aldeia um filho com sarampo, o que gerou uma epidemia que dizimou toda uma comunidade. Além disso, as palavras de *Teosi*, que os missionários pregavam, enfatizavam o pecado e o medo, e ainda queriam fazer crer que os *xapiri* não passavam de demônios que deviam ser expurgados. Mesmo tendo passado um tempo querendo aprender tais coisas, tendo sido tentado a 'virar branco', Davi finalmente as renega para reafirmar sua crença nas palavras de *Omama*, que, como diz, não são palavras de medo, mas de paz.

É comovente a sensibilidade de Davi, quando ele se choca com o fato de haver pessoas morando na rua e sem alimento para comer nas grandes cidades, quando há tantas 'mercadorias' estocadas, empilhadas e até mesmo estragando, evidenciando, assim, a irracionalidade do nosso modo de vida. Relata que os yanomami sempre dão a quem pede algo e que o sovina é desprezível. Aliás, a generosidade é uma das virtudes mais valorizadas pelos yanomami e a avareza e sovínice um dos maiores pecados. E imperdoável.

Davi dá muita ênfase à importância do xamanismo, de formar novos xamãs, que sejam guardiães da riqueza cultural yanomami. Ele insiste que é necessário sempre alimentar os *xapiri* com o pó de *yakoana*.

Essa ênfase só não é maior que a que ele dá à luta contra a devastação da floresta pelos que desejam apenas o metal e as mercadorias. Num momento em que há novas investidas de garimpeiros acessando ilegalmente terras yanomami e em que há poderosos movimentos políticos para ‘regulamentar’ a mineração em terras indígenas, sua luta se torna ainda mais necessária e atual.

A floresta está viva, tem coração e respira! A ligação dos yanomami com a floresta é orgânica, eles fazem parte da própria floresta. Destruí-la é também determinar o fim do seu povo. Por isso a gana com que Davi a defende.

O capítulo final, ‘A morte dos xamãs’, é um dramático apelo. Enquanto os xamãs viverem eles poderão evitar a queda do céu, mas se os xamãs desaparecerem, não haverá esperança. Os yanomami sucumbirão e, pouco tempo depois, os brancos também. “Só existe um céu e é preciso cuidar dele, porque, se ficar doente, tudo vai se acabar” (498), adverte Davi, com a autoridade de quem habita a floresta e se sente parte dela.

Merece destaque a maestria com que Bruce Albert consegue ‘virar outro’ e traduzir para as peles de papel de maneira tão clara as falas de Davi Kopenawa. O texto evidencia um enorme respeito de Albert pelo coautor, Kopenawa, como também deixa claro o *postscriptum*. Não me parece menor o respeito e a confiança de Kopenawa para com Albert, tanto que, não só autorizou, como tomou a iniciativa para a publicação da obra. Além da riqueza dos relatos, a obra traz um amplo registro fotográfico, anexos e glossários.

Davi encerra seu relato dizendo que “mesmo que não escutem minhas palavras enquanto ainda estou vivo, deixo aqui estes desenhos delas, para que seus filhos e os que nascerem depois deles possam um dia vê-las. Então eles vão descobrir o pensamento dos xamãs yanomami e vão saber que quisemos defender a floresta” (498).

Que ouçamos suas palavras!

Recebido em agosto de 2016.
Aprovado em dezembro de 2016.